

NOTAS SOBRE A TRAJETÓRIA SOCIAL E PRODUÇÃO LITERÁRIA DE FRANCISCO RODRIGUES LOBO.

DANIELA RABELO COSTA RIBEIRO PAIVA¹

1- Introdução

Francisco Rodrigues Lobo foi um apreciado escritor português. Nasceu em Leiria, conforme está estampado na capa dos seus livros e cantado em seus versos, onde viveu a maior parte da sua vida. Pertenceu a uma família de cristãos-novos. Seus irmãos e parentes próximos aparecem como acusados de práticas judaizantes em documentos inquisitoriais. Seus pais, André Luiz Lobo e Isabel Lobo, foram descritos por biógrafos como pessoas de alta nobreza e de muitos bens, no entanto, estudos recentes dizem que não há indícios de Lobos nobres em Leiria e que levavam ali uma vida modesta. Saiu dessa cidade para estudar na Universidade de Coimbra, tendo-se diplomado em leis. Não chegou a para exercer cargos públicos, foi através da escrita que conquistou renome e se tornou próximo de figuras como D. Teodósio e D. Duarte de Bragança. É lembrado na historiografia por ter testemunhado as mudanças que ocorreram em Portugal durante o período em que esteve incorporado à Monarquia Hispânica e por ter participado do círculo de letrados que se formou na Casa de Bragança.

Parafraseando o próprio autor, ele teria nascido em idade em que a corte portuguesa já era acabada². Isso ocorreu por volta de 1580. Nessa época, houve uma disputa sucessória ao trono português causada pela prematura morte de D. Sebastião da guerra de Alcácer Quibir. Essa disputa coroou Filipe II, que não mediu esforços para unir os reinos ibéricos. Além de convocar juristas para defenderem sua legitimidade dinástica, o monarca espanhol utilizou seu poderio militar e político para articular uma negociação com as elites portuguesas. Era o fim do reinado dos "Sereníssimos Reis", como o autor de refere à Dinastia de Avis.

Os Habsburgos haviam incorporado aos seus domínios outras províncias e reinos. Ao alcançar êxito na empreitada portuguesa, ficaram ainda mais próximos de concretizar o projeto político e religioso de uma monarquia católica universal. A cidade escolhida para ser sede da realeza e capital desse império de dimensões planetárias foi Madrid, não foi Lisboa, para tristeza dos portugueses, que enfrentaram as consequências da ausência real. A saudade do rei pode ser percebida nos diversos escritos que foram produzidos na ocasião das festas e

¹Doutoranda em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Bolsista CAPES-DS.

²"E se alguém me julgar por atrevido em tratar de cousas de Corte nascendo em idade em que já a de Portugal era acabada" (LOBO, 1997, p.5).

cerimônias que marcaram a rápida visita de Filipe III a Portugal em 1619. Podemos citar o conjunto de romances escritos em castelhano por Francisco Rodrigues Lobo, *La Jornada de la Magestad Catholica del Rey Dom Felipe III*.

Outro trabalho do dito autor que se mostrou representativo para o estudo da União Ibérica foi *Corte na aldeia e noites de inverno*, também publicada em 1619. O livro alude o processo de migração das aristocracias portuguesas, que motivou debates na historiografia. Francisco Rodrigues Lobo explica que Lisboa não oferecia mais atrativos aos fidalgos e cortesãos que ali residiam depois que o rei se ausentou da corte, o que os levaram a se deslocarem para as cortes na aldeia. Seu protagonista foi um dos nobres que havia pertencido à casa real e passou a residir em Vila Viçosa, onde se passa o enredo do livro. Nas noites de inverno, ele recebe a visita de ilustres convidados com que conversa sobre os hábitos cortesãos. O objetivo desses diálogos foi preservar os hábitos cortesãos à espera do retorno do rei.

A escolha desse enredo está diretamente relacionada com sua trajetória social. Francisco Rodrigues Lobo esteve vinculado a algumas dessas cortes provinciais, como a Casa dos Bragança. Ele dedicou alguns dos seus livros aos membros desse grupo nobiliárquico. Dentre os quais, *Corte na Aldeia* e uma epopeia sobre seu herói fundador D. Nuno Álvares Pereira, intitulada *O Condestabre de Portugal* (1609). A escrita no Antigo Regime assumiu uma importante função social e também política. No caso, a escrita foi utilizada como forma de agradecimento a hospitalidade com que o autor foi recebido em Vila Viçosa e aos préstimos que lhe foram concedidos. E teria sido utilizada pelos seus benfeitores para fazer uma propaganda positiva da sua linhagem, em especial, durante o movimento restauracionista de 1640.

A proposta do presente artigo é discutir a trajetória social e a produção literária de Francisco Rodrigues Lobo. E, a partir disso, refletir sobre a conjuntura da União Ibérica em Portugal. Não obstante ser um dos períodos mais notórios da Idade Moderna, uma vez que celebra a integração de duas monarquias de dimensões globais, seus estudos permanecem incipientes e muitos assuntos ainda não foram explorados. Deve-se alertar sobre a influência de uma leitura nacionalista e romântica que ainda permanece em algumas produções sobre o período.

2- Uma Corte na aldeia

No diálogo inicial de *Corte na Aldeia*, Francisco Rodrigues Lobo nos apresenta o "Argumento de toda obra", onde esclarece ao leitor sobre o enredo, o contexto histórico que está inserido, o cenário, os personagens e a estrutura textual utilizada. A história se passa em uma Aldeia, localizada próximo a principal cidade da Lusitânia. Muitos cortesãos escolhiam esse sítio como refúgio quando queriam se afastar do movimento da Corte ou evitar os excessivos custos da capital. O protagonista foi um desses cortesãos que costumavam se desterrar na Aldeia. Seu nome é Leonardo. Ele teria pertencido em outros tempos a casa dos Reis. Porém, diante das mudanças que ocorreram na corte, resolveu passar seus últimos anos nessa província (LOBO, 1997, p.7).

Nas Noites de Inverno, metáfora que representa o fim da Idade Dourada portuguesa, Leonardo terá em sua casa a companhia de quatro ilustres convidados que irão transformar esse espaço em uma verdadeira corte: Lívio, o Doutor, que exercera cargos de governo da justiça na Cidade; D. Júlio, um jovem Fidalgo que gostava dos exercícios da caça e de assuntos relacionados à pátria; Píndaro, o Estudante; e, finalmente, o velho Solino, homem de boa criação que em outros tempos serviu a um dos Grandes da Corte. A cada noite, Leonardo e seus convidados se reuniram para discutir os hábitos cortesãos. Os pontos de vistas defendidos pelos personagens se fundam em sua em sua experiência social. O objetivo da conversa é preservar nesse ambiente provinciano os antigos costumes da corte portuguesa à espera do retorno do Príncipe (LOBO, 1997, p.7).

Um dos assuntos discutidos é sobre estruturas textuais. O autor vale-se desse recurso para justificar a escolha por diálogos escritos em prosa. Utilizados por muitos pensadores clássicos como Platão, Xenofonte e Túlio, os diálogos estariam mais próximos da prática cotidiana da conversação e tornariam as discussões mais didáticas. Outra justificativa é o fato dessa estrutura textual por em evidência o Autor, que escolhe e direciona para as matérias que mais o interessa, tornando alguns objetivos evidentes (LOBO, 1997, p.14).

A escolha por um ambiente provinciano faz com que identifiquem na obra analisada um estilo bucólico, que foi observado antes na trilogia pastoril do autor: *A Primavera* (1601), *O Pastor Peregrino* (1608) e *O Desenganado* (1614). Isto é, estaria presente uma valorização das tradições campesinas e uma crítica as tradições urbanas, que era direcionada a corte. Diogo Ramada Curto acredita que *Corte na Aldeia* se insere à sua maneira nessa tradição

literária, da qual também teria participado *Cancioneiro Geral* (1516) e *Menosprecio de corte y alabanza de aldea* (1539), de Garcia Resende e António Guevara, respectivamente. Porém, diferente destes autores, Francisco Rodrigues Lobo escreveu em um momento que o campo se encontra mais influenciado pela cidade e que a cultura cortesã estava difundida (CURTO, 1993, p.113).

Uma abordagem discordante é expressa por Ana Paula Torres Megiani. Ela entende a obra como uma expressão da saudade dos tempos em que o rei dava sentido a corte portuguesa. Assim sendo, *Corte na Aldeia* representa uma tentativa de resgatar os costumes e hábitos da corte, e não da aldeia. Além disso, a historiadora brasileira acredita que está presente na obra uma denúncia ao pouco interesse que o monarca demonstrava pelos portugueses (MEGIANI, 2004, p.67-68). Também observamos esse questionamento sobre o desamparo real em *La Jornada de la Magestad Catholica del Rey Dom Felipe III*. No quarto romance, “Del desseo que tenian los Portugueses de que su Magestad viesse a Lisboa”, Rodrigues Lobo escreve os seguintes versos:

Agraviado, ye descontento
Se quexava há muchos años
De la ausência de sua Rey
El buen Reyno Lusitano. (...)
Desseavan todos verle,
Y que del fuessem mirados,
Que el bien sin ser conocido
No puede ser bien amado.
Queriam que su preferencia
Premiasse a los hijos dalgo
La gran lealtad de sus pechos,
Y el gran valor de sus braços. (LOBO, 1723, p.655)

Ana Paula Torres Megiani ainda argumenta que não estaria presente nos textos supracitados uma crítica a hegemonia espanhola, refutando aqueles que os interpretaram como forma de resistência e insatisfação dos grupos letrados lusos ou como manifestação de um incipiente nacionalismo. Assim como também não devem ser apontados como partidários da monarquia filipina, como aconteceu por vezes com *La Jornada* por celebrar a visita de Filipe III e ter sido escrita em castelhano.

Dentre aqueles que entenderam a produção literária de Francisco Rodrigues Lobo como uma resistência ao domínio estrangeiro e uma manifestação de patriotismo, está Hernani Cidade. Na primeira metade do século XX, quando ainda prevalecia uma leitura nacionalista e romântica sobre a União Ibérica, ele desenvolveu o conceito de literatura autonomista. O conceito diz respeito a literatura elaborada durante o período filipino que

estava imbuída de um sentimento de autonomia da nação. Essa literatura teria do seu modo propiciado o movimento revolucionário que libertou Portugal. Francisco Rodrigues Lobo é considerado um dos representantes da literatura autonomista. Em *Condestabre de Portugal*, por exemplo, o autor não escreve sobre um passado comum a Portugal e Espanha. Sua epopeia destaca na história portuguesa a Casa de Bragança e seu herói, Nuno Álvares. O que sugere a presença de um espírito de independência e um fervor patriótico no autor, de acordo com Hernani Cidade (HERNANI, 1950, p.73). Entretanto, o estudioso esquece de mencionar que no último canto do livro o poeta evoca solenemente o "Príncipe amado"³.

Voltando, porém, à discussão do livro *Corte na Aldeia*. Por fim, podemos dizer que este é o primeiro manual de cortesia escrito em língua portuguesa. Foi inspirado em *Il Cortegiano* (1528), de Baldassare Castiglione, referência máxima do gênero. O esforço demonstrado por Rodrigues Lobo para preservar a cultura cortesã portuguesa pode ser observado no oitavo diálogo do livro, intitulado "Dos movimentos e decoro no praticar", que discute a graça e a composição do corpo no falar. Em um ambiente de corte, singelos gestos podem ter indicativos diferentes, por isso, o autor faz as seguintes recomendações: ter uma voz branda, cheia e compassada; os olhos claros, alegres e móveis; as sobrancelhas devem se manter altivas representando alegria; a boca quieta quando se fala; e o movimento das mãos deve ser leve (LOBO, 1997, p. 85-87).

3- Entre Madrid e as cortes na aldeia

Sobre a formação das cortes na aldeia, Francisco Rodrigues Lobo explica que Lisboa não oferecia mais atrativos para fidalgos e cortesãos permanecerem na cidade após a Corte dos Sereníssimos Reis ter chegado ao fim. Morar da principal cidade do reino despendia excessivos e injustificáveis gastos, o que teria levado os nobres a se deslocarem voluntariamente para as aldeias, onde estavam suas quintas, seus amigos ou suas heranças. A história de *Corte na Aldeia* se passa em Vila Viçosa, onde morou o personagem principal

3

"Catolico Senhor, Principe amado/Dos homens, da ventura e da natureza,/Do Ceo, para altos bens predestinado,/Honra da terra e gente portuguesa,/Neste alicerce ilustre e levantado/Fundou da terra o Ceo vossa grandeza/Que por durar no mundo e crescer tanto,/Quis que o principio dela fosse um santo./ Deste sois, senhor, claro o descendente,/A este sequis na vida e no costume;/Qual raio deste sol resplandecente,/Qual brasa viva, ardente e tal lume,/Tal vosso nome irá de gente em gente" (LOBO, 1793, p.600).

desde que deixou a corte régia. A escolha do enredo está profundamente relacionada a biografia do autor. Francisco Rodrigues Lobo esteve vinculado a essas cortes provinciais, em especial, a Casa de Bragança. Ele dedica seu livro a um dos membros dessa família, D. Duarte (LOBO, 1997, p. 5).

Eduardo de Oliveira França compara o deslocamento da nobreza portuguesa para as cortes provinciais à ruralização dos tempos medievais. A diferença entre os processos está no fato daquele não ter sido impulsionado por ambições econômicas e políticas. O historiador não considera o refluxo da aristocracia um fenômeno fundamentalmente social, seria antes um derivativo mental. A "fuga" dos nobres para a aldeia foi motivada pelos sentimentos de derrota e despeito, que teriam marcado a mentalidade portuguesa da época e seriam superados após a Restauração. Vale lembrar que o estudo do historiador brasileiro foi desenvolvido na década de 1950. Por essa razão, mostra-se influenciado por uma historiografia nacionalista e romântica que subestimava a União Ibérica por entender que representava a perda da soberania para um rei estrangeiro (FRANÇA, 1997).

Como representante da nova geração de estudiosos da História Moderna portuguesa, Mafalda Soares da Cunha adota uma perspectiva diferente de Eduardo de Oliveira França. Ela atribui dimensões políticas a atitude de dispersão da nobreza. Ao se debruçar sobre a Casa de Bragança, a historiadora observou que o deslocamento desse grupo nobiliárquico para Vila Viçosa não foi em decorrência da União Ibérica, como sugere Francisco Rodrigues Lobo. Mas, sim, do clima de competição que se generalizava na corte. Esse grupo buscou com o afastamento demarcar seus espaços de poder e suas próprias formas de representação, como maneira de demonstrar a distinção da sua linhagem (CUNHA, 1982, p.24-36).

No entanto, Mafalda Soares da Cunha se contradiz quando narra a insatisfação de D. Teodósio com a Lei das Cortesias de 1597, na qual Filipe II também concedia preeminências a marqueses e filho de marqueses, o que era antes privilégio exclusivo daqueles que possuíam o título de ducado, no caso, os duques de Bragança. O caráter liberal da Lei das Cortesias portanto destituiu os indicadores de distinção desse grupo. Além disso, Filipe II não se mostrou preocupado em seguir o conjunto de normas e costumes sobre como tratar a Casa de Bragança ou em mencionar na dita Lei sua excepcionalidade frente aos outros senhores (CUNHA, 1982, p.33). Diante disso, podemos dizer que conjuntura política da União Ibérica teria sim motivado o deslocamento do grupo nobiliárquico para a aldeia.

Em sua tese de doutorado, Fernando Bouza Álvarez diz que uma das formas encontradas pelos Filipes para compensar a sua ausência foi incentivar o fortalecimento do poder a nível local da nobreza portuguesa. De fato observa-se no período um aumento significativo da área de jurisdição senhorial do reino. Também houve um aumento na distribuição de mercês régias. Conforme Bouza Álvarez, as mercês régias foram empregadas como elemento de negociação para conseguir o apoio das aristocracias a monarquia dual em 1580 (BOUZA ÁLVAREZ, 1987).

Algumas ressalvas são feitas por Mafalda Soares da Cunha ao que foi postulado por Bouza Álvarez, cuja obra é considerada seminal para aqueles que atualmente estudam a União Ibérica. Ela concorda que inicialmente os Filipes teriam reforçado o poder local do grupo nobiliárquico, como demonstrado antes por Jorge Borges de Macedo. Porém, nos momentos seguintes, os monarcas espanhóis teriam implantado uma dura fiscalização para restringir os privilégios concedidos. Outra medida adotada foi limitar a base territorial da nobiliarquia através do aumento dos senhores de terra. Na proporção que o número de donatários crescia, diminuía sua territorialização e capacidade de exercer influência local. Desta maneira, a historiadora se mostra relutante quanto às vantagens de um rei ausente para os nobres que migraram para as cortes na aldeia (CUNHA, 2005, p. 93-97).

Outros nobres escolherem como destino a distante Madrid, onde estariam mais próximos do rei. Porém enfrentaram dificuldades para se adaptar e se integrar à dinâmica dessa concorrida corte. De forma paradoxal, Madrid personificava a ausência do rei para os vassallos dos diferentes reinos, inclusive castelhanos. Fernando Bouza Álvarez propôs em um artigo entender como era o trânsito e quais eram as estratégias das elites nessa conjuntura de monarca ausente. Para isso, ele analisou a trajetória de D. Duarte de Bragança, a quem Francisco Rodrigues Lobo ofereceu seu livro. Do mesmo modo que a falta de assistência régia não teria sido propriamente negativa para os nobres das cortes na aldeia, o historiador considera que aqueles que foram para Madrid tiveram a oportunidade de se estabelecer em uma corte nomeada (BOUZA ÁLVAREZ, 2000, p.206-256).

Com o objetivo de se aproximar da família com maior rede de solidariedades do reino português, Filipe II agraciou D. Duarte de Bragança com o título de Marquês de Frechila. Após contrair matrimônio, ele tornou-se também Marquês de Malagón, estreitando ainda mais seus laços com a monarquia hispânica. O matrimônio entre a nobreza dos territórios foi um importante mecanismo de promoção social que contava com a aprovação dos Filipes. Mafalda

Soares da Cunha explica que esse mecanismo contribuía para a governabilidade à medida que gerava interesses compartilhados e fabricava vínculos e sentimentos de lealdade, minimizando as tensões (CUNHA, 2009, p.207). Ele ocupou as funções de conselheiro de Estado e gentil-homem da Câmara, participando ativamente da política da monarquia e das intrigas que a envolviam. Bouza Álvarez diz que D. Duarte não hesitou em utilizar toda sorte de artimanhas e da influência do seu irmão para se tornar vice-rei. Chegou a ser cotado para ocupar o cargo em Portugal, Valência e Nápoles, mas não obteve êxito em sua empreitada (BOUZA ÁLVAREZ, 2000, p.206-256).

O historiador questiona a associação que fazem entre D. Duarte e as cortes na aldeia baseados na dedicatória de Francisco Rodrigues Lobo⁴. Isso porque, suas estadias em Madrid e Valladolid teriam sido mais marcantes em sua carreira que Oropesa e Évora. O marquês possuía uma pequena corte que o acompanha em sua vida itinerante. Sua corte pode ser considerada uma extensão da Casa de Bragança. Dentre as semelhanças, possuía uma política de cortesias e mecenatos culturais, que beneficiou nosso autor. Bouza Álvarez destaca que D. Duarte contribuiu para o movimento restauracionista na medida em que ajudou a construir e difundir a memória da Casa de Bragança através dos livros e pinturas que patrocinou e se tornou reconhecido por sua trajetória social, dividida entre a corte régia e a aldeia (BOUZA ÁLVAREZ, 2000, p.206-256).

4- Sobre Francisco Rodrigues Lobo e seus benfeitores.

Francisco Rodrigues Lobo diz não temer represálias ao tratar da cultura cortesã, mesmo tendo nascido em uma época que o rei não estava mais presente. Seu livro contava com a confiança de ninguém menos que a Casa de Bragança, que sempre autorizou suas obras. Foram muitas as vezes que foi favorecido por suas mercês⁵. Em sua obra anterior, *O Condestabre* (1609), em que faz uma epopeia sobre D. Nuno Álvares Pereira, ascendente dos Bragança, teria recebido de D. Teodósio como benefício o priorado do Porto de Mós. E esperava receber mais com *Corte na Aldeia*, por isso o dedicou ao D. Duarte de Bragança. O

⁴ "e até V. Excelência, que, na Espanha, podia avantajarse toda sua grandeza, escolheu para sua morada essa cidade de Évora, que já el-rei D.João, com o Infante D.Duarte, avô de V.Excelência, e os mais príncipes seus irmãos habitaram (...)."(LOBO, 1997, p.5)

⁵ "E se alguém me julgar por atrevido em tratar de cousas de Corte nascendo em idade em que já a de Portugal era acabada, sabendo que na V. Exelência fui muitas vezes favorecido de mercês suas, e honrado com elas na do Excelentíssimo Senhor Duque D. Teodósio, irmão de V. Excelência, (...)."(LOBO, 1997, p.5); "E ante quem em tudo é tão grande, nada o pode parecer senão esta confiança, fundada na benignidade com que V. Excelência sempre autorizou minhas obras, que me assegura que assim aceitará agora este pequeno serviço, pois não é menor grandeza obrigar-se dos humildes que fazer a todos grandes mercês". (LOBO, 1997, p.6).

autor admite que mencioná-lo foi também importante para dar legitimidade ao livro, afinal, não se pode falar de uma Corte sem definir seu Príncipe⁶.

Existe um caráter utilitário por detrás da dedicatória. Além de garantir a proteção e o patrocínio da impressão. E representar a possibilidade de receber mercês. Harry Sieber explica que dedicar para alguém considerado poderoso ou de bom gosto conceituava o livro. Não havia obrigatoriedade na recompensa, e sim uma aliança tácita que assegurava ao escritor uma gratificação e ao benfeitor uma propaganda positiva. Podemos dizer sobre a representação construída por Francisco Rodrigues Lobo das cortes na aldeia como local que mantinha vivas a língua portuguesa e a essência da antiga corte e do D. Duarte como patrono desses espaços provinciais⁷. Deste modo, Harry Sieber afirma que conceder mecenato para um escritor era tão ou mais importante para seu benfeitor (SIEBER, 1998, p.85-116).

O principal financiador das produções literárias na época era o rei. Fernando Bouza Álvarez chama a atenção para o fato do mecenato cultural ter sido utilizado como estratégia política. Isso porque, era capaz de criar uma retórica de superioridade e propagandear a monarquia. Ademais, integrava as formas de coerção suave e violência, seguindo a lógica foucaultiana. A funcionalidade do mecenato cultural foi apreendida pelas casas aristocráticas. No entanto, o historiador espanhol atenta que, por mais que tomassem como referência dos modelos régios e seus usos políticos, a nobiliarquia precisou desenvolver suas próprias formas de patrocínio ou consumo para atender a intencionalidades específicas (BOUZA ÁLVAREZ, 2008, p. 69-88). A imagem da Casa de Bragança como defensora das instituições e símbolos da nação, que Francisco Rodrigues Lobo ajudou a difundir nos livros que foi patrocinado, por exemplo, foi utilizada para consolidar e justificar a legitimidade política da Restauração.

Hernani Cidade diz que o governo dos "reis intrusos" foi marcado por um incentivo a publicação. Estima-se que foram impressos em Portugal mais de 486 livros. Esse número pode ser considerado expressivo se considerarmos que desde a invenção da escrita até a União Ibérica não havia sido publicado a metade. Os livros que foram impressos não surpreendem

⁶ "lembrando-se que, como não pode haver Corte sem Príncipe, que esta o não podia parecer sem que tivesse por si a V.Excelência, e que, como em noite de Inverno, ficara muito às escuras este livro sem a luz e a graça que espera comunicar de sua clareza "(LOBO, 1997, p.5).

⁷ "busca a V. Excelência esta Corte na Aldeia, composta dos riscos e sombras que ficaram dos cortesãos antigos e tradições suas, para que V. Excelência a ampare como protector da língua e nação portuguesa, honre como relíquia do sangue real deste reino e a acredite como espelho e exemplo da virtude e partes soberanas dos príncipes passados".(LOBO, 1997, p.5)

apenas por seu volume mas também por serem de erudição superior aos escritos pelas gerações anteriores. Com exceção, é claro, da obra prima de Camões, que exerceu profunda influência na produção literária de Francisco Rodrigues Lobo. A epopeia camoniana contou com 36 edições no período em questão, o que não deixa de ser também uma quantidade surpreendente (CIDADE, 1950, p. 49).

O fascínio que Filipe II demonstrou pela figura de Luís de Camões é explicado por Fernando Bouza Álvarez. Na conjuntura sucessória de 1580, Filipe II buscou estabelecer uma relação estreita com os letrados, dentre eles, o mais representativo poeta português. O historiador diz que ser reconhecido como admirador de Luís de Camões criava uma imagem afirmativa do monarca em Portugal. Como se não bastasse, ser evocado como "Rey de tan grande ingenio" era motivo de admiração por parte de todas as monarquias europeias. Filipe II foi perspicaz ao utilizar-se politicamente da notoriedade do escritor. Também, ao conquistar apoio de uma comunidade de autores e leitores que um século e meio após o surgimento da imprensa estava em crescimento (BOUZA ÁLVAREZ, 2010, p. 11-22).

Ana Paula Torres Megiani sublinha que o apoio que os Habsburgos ofereceram às práticas de impressão foi importante para a integração da monarquia hispânica. Textos e documentos oficiais, assim como relatos de combatentes, de festas e entradas régias e de viagens, eram largamente difundidos, difundiram-se até mesmo nos territórios além-mar. O que determinava padrões e formas comuns, estabelecendo um vínculo entre as instituições régias e os súditos dos diferentes reinos. Ela ainda diz que a difusão da imagem do monarca por através de objetos impressos amenizava a sua ausência física. E significavam para o autor que se referia de modo positivo ao governante o recebimento de mercês, que eram muito disputadas em tempos de corte sem rei (MEGIANI, 2002, p.47-50).

Diante da expectativa de receber privilégios e mercês do próprio rei, Francisco Rodrigues Lobo produziu um livro para festejar a visita de Filipe III a Lisboa em 1619. *La Jornada* se diferencia dos outros trabalhos por não conter uma dedicatória. No entanto, isso não nos impede de perceber as intenções do autor com a impressão. No primeiro romance, o autor diz que irá descrever os edifícios, os arcos triunfais e as estatuas que foram construídos para receber o rei como se fosse um quadro que será visto por outras pessoas. Ele espera que sua pintura seja digna da grandeza do monarca, que ofereça alento e glória aos portugueses e

que dê "asas" para suas pretensões (LOBO, 1723, p.655)⁸. O que nos sugere que o autor tinha consciência da função social desempenhada pela escrita e que sabia usá-la a seu favor.

Não deixou de prestar sua homenagem também àqueles que em mais de uma ocasião patrocinaram seus trabalhos. O sexto romance inteiro é dedicado ao episódio da visita de D. Teodósio a Elvas, primeira cidade portuguesa a receber Filipe III. Mesmo não sendo um momento apropriado, ele destaca o papel do grão duque como defensor dos interesses da pátria e a sua posição elevada no reino, estando abaixo apenas do rei⁹. Conforme Ricardo Jorge, que fez um estudo bibliográfico e crítico sobre o autor, nem mesmo a esperada presença do monarca foi capaz de ofuscar os Bragança que eram muito queridos pelos portugueses (JORGE, 1999, p.97-98). Pelo menos aos olhos de Francisco Rodrigues Lobo.

Ao contrário de quem a caracterizou como antifilipina argumenta, *La Jornada* não foi mais um trabalho encomendado pela Casa de Bragança, mas, sim, pela Câmara de Lisboa (JORGE, 1999, p.139). A obra teria recebido a primeira licença do Santo Ofício em 1621, quando celebrava-se as exéquias de Filipe III. Mas pôde ser publicada somente em 1623. Também não se pode atribuir essa demora a uma posição política do autor. Parece mais razoável acreditar que sua condição de cristão-novo gerasse desconfiança do Tribunal ou mesmo que os juízes estivessem ocupados (MEGIANI, 2004, p.261).

Aqueles que a consideram de castelhanista incorrem do mesmo modo em erro. Não se pode acusar o autor de ter se vergado diante dos "reis intrusos" apenas por ter colocado sua pena a serviço deles durante a real visita. Afinal, a sociedade portuguesa recebeu Filipe III com grande entusiasmo e uma profusão de textos foi escrita em seu louvor (JORGE, 1999, p.139-149). Além disso, como discutido ao longo do tópico, o monarca era considerado a principal fonte de patrocínio para escritores, por essa razão, era comum escritos que lhe fizessem reverência.

8

"Y si el pincel ingenioso/Con imitación estraña /Os pinta los edificios./Arcos triunfales, y estatuas./De su gran recebimiento./Para que mas declaradas/Las mireis em sus trasumptos/Con mi pluma os la retrata/Acetad esta pintura/Por el sugeto, y la causa/Digna de vustra grandeza/Aunque indigna de alabança/Darei con vuestro favor/Animo a sus esperanças,/A vuestros Vassalos gloria,/Y a mis pretenciones alas". (LOBO, 1723, p.655)

9

"Aquel claro defensor /y columna de la Patria,/primeiro después del Rey/en la tierra lusitana/ramo del tronco Real/que tan de cerca le abraza/que, sendo una la raiz,/ya se han mesclado las ramas,/ el Codestable famoso,/el gran Duque de Bragaça,/sin segundo en el valor,/ primeiro Duque en España/ primo del gran Rey Felipe/ por la dichosa prosapia/ del invicto Emanuel/ de eterno renombre y fama"(LOBO, 1723, p.658)

A obra que suscitou opiniões divergentes na historiografia e que recebeu duras críticas dos compatriotas foi logo a última a ser publicada em vida. Não se pode precisar a data exata, mas sabe-se que pouco tempo depois foi vítima de um acidente enquanto navegava de Santarém para Lisboa. Francisco Rodrigues Lobo teria falecido sem ver seus prenúncios se concretizarem. A Casa de Bragança que personifica a corte na aldeia ascendeu ao trono português devolvendo a luz e a graça que Lisboa havia perdido quando foi privada da presença do rei. Chegava ao fim as Noites de Inverno.

5- Conclusão.

O surgimento da imprensa revolucionou o consumo de livros ao ampliar a quantidade de publicações e oferecer preços mais acessíveis. Para os autores, isso representou uma maior divulgação dos seus trabalhos e a possibilidade de se tornarem mais conhecidos entre seus contemporâneos. O que teria servido de estímulo para outras pessoas se interessarem pelo ofício, por mais que enfrentassem práticas abusivas por parte dos livreiros e editores. Fernando Bouza Álvarez acertou ao afirmar que a imprensa serviu de instrumento para o triunfo dos autores e também do poder moderno (BOUZA ÁLVAREZ, 2008). Sendo que as dedicatórias teriam desempenhado um papel de grande importância, que permanece ignorado por muitos estudiosos da história da imprensa, como lamenta Harry Sieber (SIEBER, 1998).

As dedicatórias trouxeram vantagens tanto para os autores como para aqueles nomes e brasões a quem dedicaram suas obras. E devem ser entendidas não apenas como uma iniciativa que visava o financiamento de impressões e outros tipos de benfeitorias materiais, mas também como um elogio ao poder e uma demonstração da sua capacidade de exercer influência sobre indivíduos e grupos. Durante a União Ibérica, as dedicatórias assumiram um caráter ainda mais especial.

Antes mesmo de assumirem o trono português, os Habsburgos colocaram em prática uma política de mecenato cultural a fim de garantir apoio e legitimidade a sua dinastia. O mecenato cultural serviu ainda para amenizar a ausência física dos governantes espanhóis. Por sua vez, os autores que ofereciam seus trabalhos aos monarcas além do patrocínio para as tiragens podiam receber mercês. As dedicatórias também foram direcionadas aos membros das casas aristocráticas portuguesas. Em uma corte sem o rei para intermediar as disputas entre os grupos nobiliárquicos, o incentivo que ofereceram às práticas de impressão e o deslocamento

para as cortes provinciais foram o meio encontrado para demarcarem seus espaços de influência política e cultural e para valorizarem sua linhagem.

Levando-se em conta o contexto editorial duplamente favorável descrito acima, podemos dizer que os escritores portugueses foram favorecidos pela ausência real. Um exemplo disso foi Francisco Rodrigues Lobo. O autor não tinha muita fidalguia nem grandes posses. Mas soube aproveitar a oportunidade para se tornar conhecido através da sua escrita e ser agraciado com mercês. Seus livros o tornaram próximo dos membros da Casa de Bragança, que o receberam em sua corte provincial e lhe ofereceram patrocínio em diferentes ocasiões. Isso fez com que o autor fosse lembrado como um nobre distinto sem jamais ter sido. Apesar de ter ficado conhecido na historiografia por seus textos que denunciavam a falta de amparo real durante a União Ibérica, sua trajetória social nos revela como esse momento foi propício à prática da escrita.

Referências Bibliográficas

- LOBO, Francisco Rodrigues. *Corte na Aldeia e noites de inverno* (1619). Lisboa: Publicações Europa-América, 1997.
- LOBO, Francisco Rodrigues. La Jornada de la Magestad Catholica del Rey Dom Felipe III (1619). In: *Obras Políticas, Moraes, e Metricas*. 1723.
- LOBO, Francisco Rodrigues. Condestabre de Portugal (1609). In: *Obras Políticas, Moraes, e Metricas*. 1723.
- BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Portugal en la Monarquía Hispánica. (1580-1640): Felipe II, Las Cortes de Tomar y la génesis del Portugal Católico*. 2v. Tesis (Doctoral) - Universidad Complutense de Madrid, 1987.
- BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Portugal no Tempo dos Filipes. Política, Cultura e Representações*. Lisboa: Editora Cosmos, 2000.
- BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. Realeza, aristocracia y mecenazgo. Del ejercicio del poder modo calamo. In: Aurora Egido y José Laplana (ed.), *Mecenazgo y humanidades en tiempos de Lastanosa. Homenaje a Domingo Ynduráin*, Huesca-Zaragoza: Instituto de Estudios Altoaragoneses-Institución Fernando el Católico, 2008, p. 69-88.
- BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Felipe II y el Portugal dos povos: imágenes de esperanza y revuelta*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2010.
- CIDADE, Hernani. A Literatura Autonomista sob os Filipes. Lisboa: Livraria Sá da Costa, s/d.
- CUNHA, Mafalda Soares da. *A Casa de Bragança. 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.
- CUNHA, Mafalda Soares da e FONSECA, Teresa (Eds.), *Os municípios do Portugal Moderno - Dos forais manuelinos às reformas liberais*. Lisboa: Edições Colibri, 2005.
- CUNHA, Mafalda Soares da. “Títulos portugueses y matrimonios mixtos en la Monarquía Católica”. In: YUN, Bartolomé (Coord.). *Las redes del imperio: élites sociales en la articulación de la Monarquía Hispánica, 1492-1714*. Madrid: Marcial Pons, 2009.
- CURTO, Diogo Ramada. A cultura política - a formação dos agentes. In: MATTOSO, J. *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1993.
- FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. *Portugal na época da Restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997.



JORGE, Ricardo. *Francisco Rodrigues Lobo. Estudo Biográfico e Crítico*. Lisboa: Fenda edições, 1999.

MEGIANI, Ana Paula Torres . O Império em papel e tinta: impressores ibéricos na época da União das Coroas. *Convergência Lusítada*. Rio de Janeiro, v. 19, 2002, p.47-58.

MEGIANI, Ana Paula Torres. *O Rei Ausente: festa e cultura política nas visitas dos Filipes a Portugal (1581e1619)*. São Paulo: Alameda, 2004.

SIEBER, Harry. The Magnificent Fountain: Literary Patronage in the Court of Philip III. In: *Cervantes: Bulletin of the Cervantes Society of America*. 1998, p.85-116.